



CAMPUS BINACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP – OIAPOQUE – AMAPÁ – FLORESTA AMAZÔNICA – BRASIL. WEBSITE: WWW2.UNIFAP.BR/OIAPOQUE

'Direitos Humanos e os desafios permanentes'

Por Giuseppe Tosi (Universidade de Camerino – Itália; Universidade Federal da Paraíba – Brasil)

*Entrevista concedida em João Pessoa na UFPA em 15/02/2018

DF: Em que medida as Universidades podem auxiliar no fortalecimento dos Direitos Humanos?

GT: Os direitos humanos, pela sua importância e relevância, não são simplesmente “direitos” no sentido estritamente jurídico, mas são um conjunto de “valores” que implicam várias dimensões: ética, jurídica, política, econômica, social, cultural e educativa. A universidade atua nas duas últimas dimensões. Se os direitos humanos implicam algo mais do que a mera dimensão jurídica, isso significa que é preciso que eles encontrem um respaldo na cultura, na história, na tradição, nos costumes de um povo e se tornem parte de sua identidade cultural e maneira de ser.

A universidade tem um papel fundamental neste processo de promoção e defesa dos direitos humanos, através do ensino, da pesquisa e de extensão, para formar não somente bons profissionais do ponto de vista técnico, mas bons cidadãos conscientes dos seus direitos e obrigações. É de fundamental importância nesses tempos sombrios, em que está havendo uma campanha difamatória contra os direitos humanos, que as Universidades, que estão formando as classes dirigentes do futuro, se comprometam com a educação em DH desconstruindo estes discursos e mostrando a complexidade e a relevância dos direitos humanos para uma convivência pacífica e democrática¹.

DF: Os Direitos Humanos possuem elementos para auxiliar a sociedade no enfrentamento das crises institucionais?

GT: Quem conhece um pouco da história dos DH sabe que eles surgiram justamente após períodos de grave crise de civilização; por exemplo a DUDH da ONU de 1948 surgiu após o período talvez mais terrível da história mundial, após as

1 O Brasil e outros países da América Latina estão inseridos nessas redes internacionais como pode ser visto nos dois livros publicados pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPA disponíveis no site: www.cchla.ufpb.br/ncdh TOSI, Giuseppe et alii (orgs). A FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: trajetórias, desafios e perspectivas. Disponível em:

http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2016/07/EBOOK-Forma%C3%A7%C3%A3o-em-DH_-_Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior_Brazil_Miolo_-02-05-16.pdf

RÓDINO, Ana Maria et alii (Orgs) CULTURA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2016/07/EBOOK-Cultura-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-DH-Am%C3%A9rica-Latina_Miolo_-02-05-16.pdf

duas guerras mundiais, os regimes totalitários de direita e de esquerda, os campos de concentração, o extermínio de milhões de judeus e de outros povos e grupos sociais que os nazistas consideravam inferiores, e a bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki que abriu a era do equilíbrio do terror. Como afirma o preâmbulo da DUDH, isto foi possível também porque os direitos humanos foram abertamente desrespeitados: “O desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”. O apelo aos DH é assim uma herança dos tempos difíceis, para evitar que se repitam as barbaridades que a humanidade cometeu e continua cometendo. Esta mensagem é quanto mais atual para o Brasil, onde está surgindo um clima e uma ideologia de ódio, de intolerância, de truculência, de racismo, de discriminação, que é exatamente o contrário do espírito de tolerância, de respeito, de reconhecimento alimentado pelos Direitos Humanos. Precisamos alertar os nossos compatriotas que as soluções simples e brutais para problemas complexos só levam a mais violência e mais barbárie. Mais violência e mais truculência só vai aumentar a espiral e o ciclo da violência, que atinge sobretudo a população mais pobre e marginalizada.

DF: Qual o papel dos Direitos Humanos na garantia da Segurança Social Global?

GT: A ONU foi criada em 1945 com objetivo de evitar uma terceira guerra mundial, e de promover entre os Estados-membros “o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades”. Ela inaugura assim uma nova época no direito internacional, o chamado direito internacional dos DH, que supera uma concepção absoluta da soberania dos Estados, subordinando esta soberania ao respeito dos direitos humanos fundamentais, que os Estados membros se comprometeram a respeitar quando assinaram as Declarações, os Tratados, os Pactos e os Protocolos promovidos pelas Nações Unidas. Este processo é ainda mais formal do que efetivo, está mais nos documentos do que na realidade, mas é o ponto de partida para a construção de uma nova relação entre as potências mundiais. Só com a difusão em escala internacional de uma cultura da democracia e dos direitos humanos esta relação amistosa poderá se tornar algo efetivo.

Diálogos na Fronteira

Tema:
Direitos Humanos e
Segurança Social

NESTA EDIÇÃO

- * *'Direitos Humanos e os desafios permanentes', Por Giuseppe Tosi (Universidade de Camerino – Itália; Universidade Federal da Paraíba – Brasil)*
- * *Segurança Social, Direitos Humanos e Meio Ambiente – Por Diego Moura de Araújo*
- * *O Patrimônio Afro-Brasileiro - Por Ivaldo Machado Paixão*
- * *Le pont de l'Oyapock, liaison entre Etats ou épine diplomatique? - Por Stéphane Granger*
- * *A Contraditoriedade das Redes Técnicas – Por Eduardo Margarit*
- * *Os Indígenas e a Universidade na Fronteira Franco-Brasileira – Por Carina Almeida e Elissandra Barros*
- * *Seguridad Humana – Por Omar Díaz y Filiberto Molina*
- * *Mobilidade Estudantil Indígena: integração fronteiriça – Por Lilia Oliveira, Leônia Oliveira e Carina Almeida*
- * *Los Derechos Humanos, la ONU y la Educación Bibliotecaria: la ONUBIB de la Universidad de Valencia – Por Consuelo Pons Pons*
- * *Los Derechos Humanos, Sistema Penitenciario y la frontera franco-brasileña – Por Dinaldo Barbosa*

Expediente: Revista Multidisciplinar do Campus Binacional, com o objetivo de divulgar os eventos que promove, bem como matérias relevantes em forma de artigo ou entrevista, sobre as temáticas dos vários ramos da ciência. Não obstante, publicação de resenhas e opiniões a convite dos membros do conselho editorial. Conselho Editorial: Dinaldo Barbosa (UNIFAP- Binacional), Ana Cristina Rocha (UNIFAP-Binacional), Fredson Vulcão (UNIFAP-Binacional), Jonathan Vianna (UNIFAP-Binacional), Carina Almeida (UNIFAP-Binacional), Daniel Chaves (UNIFAP-MZ), Francisco Santos (UFRPE), Diego Moura (UNIFAP-Binacional), Stéphane Granger (OHM-Oyapock CNRS), Eduardo Margarit (UNIFAP-Binacional), Lucinéia Alves (UNIFAP-Binacional). Redação e Revisão: Max do Espírito Santo (UNIFAP-Binacional), Roberto Veiga (ASSCOM). Imagem: Roberto Veiga (ASSCOM).



Segurança Social, Direitos Humanos e Meio Ambiente*

Há muito se sabe que o meio ambiente pertence à categoria de direitos humanos pelo simples motivo de que a ausência de um ambiente sadio e equilibrado do ponto de vista ecológico causa sérios prejuízos ao homem. É só lembrar o quão degradante e insano é conviver com lixões a céu aberto, com água imprópria ao consumo, poluição etc. Diante da preocupação ambiental e da realidade vivida no Estado do Amapá, o professor mestre em Direito da Universidade Federal do Amapá, campus Binacional Oiapoque, Diego Moura de Araújo, lançou o seu recente livro, em convênio com a Fundação Universidade Federal do Amapá, com o título “Potencialidades dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação para Pagamento por Serviços Ambientais no Estado do Amapá”. O lançamento ocorreu, em julho/2017, no Auditório da Biblioteca da Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero, e, em agosto/2017, no Auditório do Fórum da Comarca de Oiapoque.

Em síntese, o livro, fruto da dissertação de mestrado do autor, aborda os instrumentos econômicos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) como forma de geração de benefícios sociais e ambientais às populações mais pobres do Estado.

Portanto, assegurar o desenvolvimento econômico atrelado ao respeito ambiental e social é um dever a ser buscado pelos Estados comprometidos com a causa ambiental. Não é à toa que a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92, já afirmava como princípio basililar em respeito ao meio ambiente e a segurança nacional: “Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional”. ***Por Diego Moura de Araújo, Professor da UNIFAP e Doutorando da Universidade de Lisboa.**



O Patrimônio Afro-Brasileiro*

A palavra patrimônio vem de pater, que significa pai. É proveniente do latim, uma língua hoje morta que deu origem ao idioma português. O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos

que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. Denomina-se cultura afro-brasileira as manifestações culturais que sofreram algum grau de influência da cultura africana desde os tempos do Brasil colônia até a atualidade. Ela também teve seu valor agregado ao receber influência das culturas indígenas e europeia, vale ressaltar também que os negros escravizados que por aqui desembarcaram, pertenciam a diversas etnias, aqui se misturaram num todo como se fossem uma só tribo. A prática cultural representou uma forma de resistência, sendo a oralidade um elemento fundamental para a perenidade da cultura africana, daí a preservação do acervo material e imaterial, que em alguns aspectos conseguiu se reinventar, fortalecendo e implementando a prática da cidadania, com bases sólidas na concepção de inclusão e pertencimento nacional.

Considerada uma das Constituições mais democráticas do mundo, a Carta Constitucional de 1988, contém uma conquista de suma importância para a vida de todos os brasileiros. Dentre estes pontos cito o projeto de resgate da memória e dos patrimônios étnicos coletivos da sociedade brasileira contemporânea. A Constituição no que estabelece seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, e também ao colocar outras formas de preservação como o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais, bem como o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI).

O Registro se efetiva por meio da inscrição do bem em um ou mais de um dos seguintes livros:

- Livro de Registro dos Saberes;
- Livro de Registro das Celebrações;
- Livro de Registro das Formas de Expressão;
- Livro de Registro de Lugares.

No ano 2000 através do Decreto nº 3551 foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) que tem como objetivo implementar uma Política Nacional de Inventário, Registro e Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial, além de contribuir para a preservação da diversidade cultural do País.

Apesar do Brasil ter sido o primeiro na América Latina a institucionalizar a proteção dos bens culturais, movimento iniciado em 1937, somente no ano de 1984 ocorreram os primeiros tombamentos representativos da cultura afro-brasileira: O Terreiro da Casa Branca em Salvador - Bahia e o Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga em União dos Palmares - Alagoas, são considerados marco da política de preservação brasileira.

A cultura afro-brasileira está na base da maioria das manifestações populares seja através da culinária, religião, música, dança, literatura, artes plásticas e diversos folguedos. Cabe ao Estado disponibilizar mecanismos para preservação deste rico legado para a humanidade fruto da cultura milenar africana. ***Por Ivaldo Ananias Machado da Paixão, Militante do Movimento Negro.**

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, M. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) Patrimônio imaterial e biodiversidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 32, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres ET AL. Celebrações e Saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva. Série Encontros e Estudos. Vol. 5. Rio de Janeiro: CNFCP/Funarte/Iphan, 2004.
- GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreira; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial/. Brasília: Museu Imperial/Iphan, 1999.
- Contribuição para a Erradicação do Racismo no Ambiente Escolar". O Evento contou com a participação da palestrante Profa. Dra. Margarete Edul Prado de Souza Lopes da Universidade Federal do Acre - UFAC e da Profa. Suane Darcille do Espírito Santo - Militante do Movimento Social Negro do Estado do Amapá e NEAB. O Evento foi organizado pela profa. Maria de Belém Ferreira e teve a participação das autoridades do município e dos servidores públicos da educação.

Le pont de l'Oyapock, liaison entre Etats ou épine diplomatique?*

Le 18 mars 2017, le pont binational franco-brésilien au-dessus de l'Oyapock a été inauguré après près de 6 années d'attente. Le retard pris par cet événement illustre les problèmes posés par ce pont, à la fron-

tière la plus atypique du Brésil: avec la Guyane, c'est-à-dire une division territoriale partie intégrante de la France, et par conséquent de l'Union européenne. La peur des importants flux migratoires venus du Brésil fit que la France exige un visa pour tout Brésilien désirant se rendre en Guyane, alors que ce document n'est pas demandé pour les Brésiliens à Paris ou en France métropolitaine. Les Français qui traversent la frontière de l'Oyapock n'ont besoin que de faire tamponner leur passeport. Cette asymétrie illustre l'aspect « Nord-Sud » de cette frontière, où les touristes, les consommateurs et les euros proviennent de Guyane, et les immigrants supposés du Brésil.

Désormais, hormis les orpailleurs clandestins, peu nombreux sont les Brésiliens traversant l'Oyapock pour migrer en Guyane, au contraire des Haïtiens, Africains et réfugiés syriens candidats à l'asile politique. Ce visa unilatéral fut l'une des raisons diplomatiques, outre les problèmes administratifs (assurance pour les automobiles...) ayant retardé l'inauguration du pont. Les pressions de la ministre française Ségolène Royal, tenant absolument à inaugurer le pont durant son séjour en Guyane en mars 2017, ont indisposé les autorités politiques brésiliennes, qui n'y ont pas participé, contrairement au gouverneur Waldez Góes et à la classe politique de la municipalité d'Oiapoque, rendant cette inauguration sans valeur puisque le pont est une œuvre d'initiative et de financements fédéraux.

Beau symbole de la coopération transfrontalière entre l'Amapá et la Guyane et des relations entre le Brésil et la France, ainsi que l'Union européenne et le Mercosud, ce pont, aujourd'hui encore ouvert seulement partiellement et peu utilisé, illustre davantage les difficultés des relations transfrontalières entre voisins rapprochés par un commun isolement géographique, mais encore éloignés du fait des logiques des Etats centraux. *Por Dr. Stéphane Granger, chercheur associé à l'OHM-Oyapock.



Les élèves et professeurs de la classe internationale brésilienne du lycée Melkior-Garré de Cayenne à l'inauguration du pont binational sur l'Oyapock, 18 mars 2017.

A Contraditoriedade das Redes Técnicas*

Milton Santos, importante geógrafo brasileiro, entendia que a técnica é fundamental na relação do homem com a natureza e reflete diretamente na forma de organização do espaço geográfico. Neste contexto, as redes técnicas se apresentam como vias capazes de permitir o fluxo de pessoas, mercadorias, energia, capitais e informação, sendo indispensáveis para o pleno desenvolvimento do capitalismo.

O município de Oiapoque vive a expectativa de integração e desenvolvimento a partir da consolidação de suas redes técnicas. A Ponte Binacional, a pavimentação da BR-156, a construção de uma pequena central hidrelétrica no Rio Oiapoque, a instalação de um parque de geração de energia solar e a melhoria do sistema de telecomunicações, com a integração por fibra ótica, representam a materialização destas redes técnicas no município. Estas obras de infraestrutura estão permitindo a dinamização e diversificação da economia de Oiapoque, outrora fundamentada na atividade garimpeira, mas que agora tem intensificado sua relação com o turismo e a indústria pesqueira.

O pretensão desenvolvimento do município, fomentado pela consolidação das redes técnicas, traz em

seu bojo uma relação contraditória, pois, apesar da expectativa de melhoria da qualidade de vida, há relações se intensificando no sentido inverso. O crescimento populacional do município, fruto de sua dinâmica econômica, tem se dado sem os devidos mecanismos de governança e, portanto, agravando problemáticas sociais de toda ordem.



A cidade cresce de forma desordenada, sem saneamento básico, destinação adequada de resíduos sólidos e programa de habitação popular. Escolas e postos de saúde da prefeitura funcionam de forma improvisada em imóveis alugados e sem infraestrutura adequada. Os imóveis no campo e na cidade estão, na maioria, sob posse precária de seus detentores, pois até então não foi realizada a regularização fundiária no município, emperrando o desenvolvimento de atividades agrícolas. Não há o controle efetivo do trânsito de pessoas na fronteira, o que facilita o tráfico de pessoas, drogas e armas. Por fim, a pesca predatória está reduzindo drasticamente a disponibilidade de pescado e ameaçando o modo de vida dos povos tradicionais. Mesmo sob este contexto há um processo de precarização das instituições de governança, com cortes no orçamento e redução de servidores.



Diante das problemáticas apresentadas, constrói-se um cenário de insegurança generalizada, materializada no aumento da violência urbana, em conflitos no campo, na precariedade dos serviços públicos e ameaça ao modo de vida dos povos tradicionais. Desta forma, fica evidente o cenário contraditório instalado em Oiapoque, onde se consolidam os elementos modernos das redes técnicas, mas com o agravamento de problemas sociais. *Por Eduardo Margarit, Professor da UNIFAP e Doutorando da UFG.



Os Indígenas e a Universidade na Fronteira Franco-Brasileira*

O I Seminário Os Indígenas e a Universidade: 10 anos de lutas, conquistas e desafios do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - UNIFAP foi realizado entre 12 e 18 de julho de 2017, durante a Etapa Presencial do CLII referente ao segundo semestre de 2017. O Seminário reuniu as comunidades acadêmi-

ca e indígena para dialogarem sobre os impactos, as conquistas e os desafios da formação de professores pesquisadores indígenas do Amapá e norte do Pará em nível superior. Enquanto um espaço privilegiado para a avaliação dos objetivos e finalidades do CLII, o Seminário discutiu, comparou e compartilhou os resultados alcançados na formação superior de professores indígenas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e, indicou, a partir da intervenção da comunidade indígena, discentes e egressos do CLII e intelectuais indígenas e não indígenas, os anseios contemporâneos conectados com o atual momento histórico e os direcionamentos pertinentes a atender as novas demandas da formação superior indígena regional.

A presença regular desse curso de graduação na UNIFAP desde 2007, que atende aos povos indígenas do Amapá e norte do Pará – Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi-Kalina, Palikur-Arukwayene, Wajãpi, Wayana, Apalai, Tiriyo e Kaxuyana – representa, na história regional, um lugar de protagonismo destas sociedades, bem como um ambiente contínuo e regular de formação de professores indígenas no ensino superior, atendendo, especialmente, a Educação Escolar Indígena específica e diferenciada. Ao longo de uma semana de atividades foram compartilhados caminhos e enfrentamentos teórico-metodológicos, pedagógicos, políticos e financeiros percorridos pelos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena no Brasil na promoção do ensino, pesquisa e extensão. As conferências de abertura e encerramento, respectivamente, foram proferidas pelos intelectuais indígenas e professores Dr. Edson Kayapó (IFBA) e Dr. Almiros Martins Terena (UFGD), enquanto isso, disponibilizados aos acadêmicos e ministrados por professores e pesquisadores do CLII, do Campus Binacional e do Marco Zero/UNIFAP, da UFPA, do IEPÉ e do IFBA. Durante o Seminário ocorreu a cerimônia de formatura que diplomou quarenta e dois acadêmicos do CLII, assim como diversas mesas-redondas e palestras que problematizaram o acesso e a permanência dos indígenas na Universidade, os percursos e (des)caminhos percorridos por indígenas na Universidade. Um dos objetivos centrais do Seminário foi a realização da Plenária, que contou com a presença da comunidade acadêmica e indígena. Durante a plenária foi elaborado o Documento Final do I Seminário, destinado à gestão administrativa da UNIFAP, com a finalidade de indicar, em diversos âmbitos da vida acadêmica universitária, as novas demandas do ensino superior para os povos indígenas do Amapá e norte do Pará e os desafios contemporâneos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. *Por Carina Almeida e Elissandra Barros, Doutoradas e Professoras da UNIFAP.



Segurança Humana*

Uma de las políticas más recientes que va más allá de salvaguardar la vida e integridad de las personas y que ha significado un nuevo paradigma para el desarrollo humano, es la que se le ha denominado Seguridad Humana, la cual fue presentada por las Naciones Unidas mediante el informe sobre desarrollo humano de 1994, y a través del cual se pide un cambio en la concepción de seguridad territorial y de Estado-Nación, abogando que la misma sea para las personas. Pues este modelo tiene como finalidad el “proteger las libertades vitales del ser humano, libertad frente a las privaciones, libertad frente al miedo

y libertad para actuar en nombre propio,”[1] es por lo que, este modelo de seguridad plantea una visión holística e integral, para tratar de superar los miedos y amenazas que aquejan a los seres humanos, pero sobre todo permitiendo su realización personal. Por ello, “the Commission on Human Security ha definido a esta como: to protect the vital core of all human lives in ways that enhance human freedoms and human fulfillment.”[2] Pues resulta claro que este tipo de seguridad tiene como núcleo central al ser humano, sus libertades y su desarrollo para poder permitirle una vida digna.

Para lograr lo anterior, debemos de advertir que la seguridad humana tiene como fin salvaguardar dos libertades esenciales, “la primera es la libertad respecto del miedo y la segunda es la relativa a la libertad respecto de la necesidad.”[3] Mismos objetivos que se declaran en el preámbulo de la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948, esto es liberar al ser humano de todo temor y de miseria. Tenemos que destacar que los gobiernos deben de actuar para garantizar la seguridad humana, para ello, deben de trabajar para eliminar una serie de amenazas que aquejan a las personas, las cuales han sido agrupadas en siete categorías por las Naciones Unidas, a saber:

- “Seguridad económica: Pobreza persistente, desempleo;
- Seguridad alimentaria: Hambre, escasez de alimentos
- Seguridad en materia de salud: Enfermedades infecciosas mortales, alimentación deficiente, desnutrición, ausencia de acceso a cuidados básicos de salud
- Seguridad ambiental: Degradación ambiental, agotamiento de recursos, desastres naturales, contaminación
- Seguridad personal: Violencia física, crímenes, terrorismo, violencia doméstica, trabajo infantil
- Seguridad de la comunidad: Tensiones inter-étnicas, religiosas y otras similares
- Seguridad política: Represión política, violación a los derechos humanos.”[4]

Con esta categoría, se pretende que los gobiernos de los Estados tengan una comprensión más amplia en los temas de seguridad, para que atiendan de manera solidaria y responsable las amenazas que afrontan las personas para alcanzar la paz, creando para ello, “los sistemas políticos, sociales, medioambientales, económicos, militares y culturales que, de forma conjunta, aporten a las personas los fundamentos para la supervivencia, el sustento y la dignidad.”[5] Todo ello para contrarrestar las inseguridades, que tal y como lo sabemos afectan a los derechos y libertades esenciales del ser humano, cuya vulneración es interdependiente, pues estas tienen el carácter de ser multisectoriales. Por último, tenemos que señalar que los esfuerzos que ha realizado las Naciones Unidas en las últimas dos décadas han tenido efectos positivos en países como lo son Canadá y Japón, los cuales han tomado como guía de ruta a la seguridad humana para avanzar no solo en los problemas de violencia y delincuencia, sino aquellos que obstaculizan el desarrollo humano, y así abordar de manera compleja los problemas de inseguridad que existen en sus países. * Por Omar Huerta Díaz y Filiberto Molina, Doutores da Universidade Nacional de Colombia y la Universidad de ISTMO.

REFERENCIAS

- [1] Baena Paz, Guillermina, “La urgencia de entender y aplicar la seguridad humana”, En Uribe Arzate, Enrique y Flores Martínez, Alejandra, coords, Seguridad pública y justicia penal, México, D.F., Novum, 1ª. Ed., 2015, p. 25
- [2] The Commission on Human Security, “Human security now”, New York, USA, ONU, 2003, p. 4, “trad. a.” (“Filiberto R. Manrique”) a continuación “...protección del núcleo vital de todas las vidas humanas de forma que se mejoren las libertades humanas y la realización humana...”
- [3] Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), “Informe sobre desarrollo humano 1994”, México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1994, p.27
- [4] Ibidem, p. 28
- [5] Dependencia de Seguridad Humana, “Teoría y práctica de la seguridad humana, aplicación del concepto de seguridad humana y el Fondo Fiduciario de las Naciones Unidas para la Seguridad de los Seres Humanos”, Nueva York, USA, ONU, 2009, p. 6.



Mobilidade estudantil indígena: integração fronteiriça*

As discentes indígenas do povo Karipuna Leônia Ramos Oliveira e Lília Ramos Oliveira, turma 2014, da área das Ciências Humanas do CLII, participaram da mobilidade estudantil oportunizada pelo Edital 002/2017/PROCRI da UNIFAP, entre agosto e dezembro de 2017. Tanto Leônia quanto Lília cursaram disciplinas nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e puderam conhecer outros estudantes do Brasil e da América Latina. A Licenciatura Intercultural Indígena consiste em um curso diferenciado, comumente concentra suas atividades presenciais em períodos intensos de aulas, assim, com a mobilidade estudantil, as acadêmicas Leônia e Lília puderam frequentar o curso escolhido todos os dias, durante um semestre e, sobretudo, experienciar outro contexto universitário. A UNILA em Foz do Iguaçu apesar de apresentar inerentes semelhanças institucionais, uma vez que está inserida também em uma região de fronteira, mostra-se um tanto quanto distinta da UNIFAP, pois possibilitou as discentes do CLII vivenciar outra realidade da fronteira brasileira. Enquanto a região e o rio Oiapoque separam o Brasil de um território ultramarino francês – França, impossibilitando – para não dizer barrando àqueles sem visa – a livre circulação de pessoas devido ao impasse diplomático, a (trans)fronteira em Foz do Iguaçu está aberta à América Latina, articula gentes, línguas e conecta econômica, social e culturalmente nosso país aos outros povos e Estados latino-americanos. Nessa perspectiva Leônia afirma que “estar em uma universidade que integra países da América Latina foi uma experiência de muito conhecimento e diversidade cultural, pois ali se encontram várias nacionalidades. Uma das expectativas que tínhamos era a de encontrar os parentes Guarani na universidade, contudo, não tivemos muito contato com eles, apenas com um colega de turma numas das disciplinas”. *Por Lília Oliveira, Leônia Oliveira e Carina Almeida, Pesquisadoras da UNIFAP.



Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

**Diálogos na
Fronteira
BR 156 Nº 3051
Bairro Universidade
Oiapoque Amapá - CEP 68980-000**



Los Derechos Humanos, la ONU y la Educación Bibliotecaria: la ONUBIB de la Universidad de Valencia*

La Biblioteca Depositaria de las Naciones Unidas de la Facultad de Derecho de la Universitat de València DL-248 (ONUBIB), empezó a funcionar en diciembre de 1967. En 1983 se hizo cargo de la Biblioteca de la Facultad de Derecho, con la finalidad de reorganizar los fondos ya existentes y dejar el tratamiento de la documentación en manos de personal especializado - técnicos bibliotecarios - que pudiera hacerlo según las normas específicas de la ONU en esta materia. En la actualidad estos fondos están integrados en la Biblioteca de Ciencias Sociales “Gregori Maians”, ubicada en el Campus dels Tarongers -UV (2a Planta-Zona Sur).

La Biblioteca Depositaria de las Naciones Unidas de la Universitat de València (ONUBIB) recibe los fondos publicados en la categoría de distribución general denominado “Fondo completo”. Estos son:

- Los documentos oficiales de los principales órganos de la ONU
- Las publicaciones con número de venta o materia.
- Las publicaciones periódicas.
- La serie de Tratados Internacionales (Treaty Series).

Las publicaciones del:

- PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo).
- ACNUR (Programa de las Naciones Unidas para los Refugiados).
- UNEP (Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente).
- UNCHS (Centro de las Naciones Unidas para Asentamientos Humanos).
- UNIDIR (Instituto de las Naciones Unidas para el Desarme).
- UNITAR (Instituto de las Naciones Unidas para la Formación Profesional e Investigaciones).
- FNUAP (Fondo de las Naciones Unidas para actividades en materia de población).
- y Otros.

La Biblioteca Depositaria de las Naciones Unidas de la Universitat de València-DL248 (ONUBIB), en la actualidad cuenta con más de 4.100 monografías, más de 350 títulos de revistas de libre acceso, más 4.050 documentos en formato papel de Naciones Unidas y acceso electrónico gratuito al Sistema de Archivo de Documentos (SAD) con toda la documentación de la Asamblea General, del Consejo de Seguridad, del Consejo Económico y Social, de la Secretaría general... de las Naciones Unidas, a texto completo y también sus resoluciones. ONUBIB también cuenta, desde 2015, con la publicación del Boletín ONUBIB. Publicación trimestral electrónica de las novedades bibliográficas de la ONU y de sus organismos especializados. Podemos acceder al BOLETÍN ONUBIB. WEB: <http://www.uv.es/onubib>. *Por M. Consuelo Pons Pons, Bibliotecaria Documentalista.



Los Derechos Humanos, Sistema Penitenciario y la frontera franco-brasileña*

Esta investigación tuvo como propuesta analizar cómo Brasil ha desarrollado el régimen abierto en sus establecimientos penitenciarios, tomando como referencia el Estado de Amapá, y específicamente, el Instituto de Administración Penitenciaria de Amapá - IAPEN-AP -, profundizando en la forma y en la aplicación de dicho régimen respecto a los Derechos Humanos de las personas privadas de libertad. Se parte de la hipótesis de que, aunque Brasil haya sido el pionero en el ámbito de América Latina en cuanto a la implantación del régimen abierto en los establecimientos penitenciarios, el país no ha conseguido todavía concretar los procesos de resocialización esperados del régimen abierto y todavía fortalece las prácticas que vulneran los Principios Rectores de los Derechos Humanos a las personas privadas de libertad. El tema es relevante y complejo, ya que en los últimos años se ha producido un aumento significativo de reclusos en los establecimientos penitenciarios brasileños, con malas condiciones de infraestructura y falta de respeto a la dignidad de las personas privadas de libertad, lo que caracteriza la política de encarcelamiento del país y el aumento de los motines, disturbios y generalización de la violencia. A través de un estudio bibliográfico de la ley penal brasileña y sus principales estudiosos, así como el análisis documental y la investigación de campo, fue posible identificar que en las prisiones brasileñas no están garantizados los derechos fundamentales mínimos de las personas privadas de libertad. * Por Dinaldo Barbosa, Doctor Titular de la UNIFAP.

AGENDA DE EVENTOS:

Que ocorreu: 2ª Virada Cultural do Oiapoque (01/07/2017);

1ª Semana de História do Campus Binacional (30,31/10 e 01/11/2017) Que vai ocorrer: 3ª Virada Cultural do Oiapoque (16/06/2018). Website: www2.unifap.br/historia-oiapoque



UNIVERSITAT
DE VALÈNCIA

